



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0014753-59.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Janaina de Souza Santos**
 Requerido: **Rodrigo Cezarino**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Janaína de Souza Santos propôs a presente ação contra o réu Rodrigo Cezarino, pedindo que este seja compelido a efetuar a transferência do financiamento do imóvel objeto do contrato nº 672410005396 junto à Caixa Econômica Federal, assumindo todos os encargos relativos ao respectivo imóvel, sob pena de multa diária de R\$ 100,00 (cem reais).

O réu, em contestação de folhas 41//42, não ofereceu resistência ao pedido, uma vez que os fatos apresentados pela autora condizem com a realidade dos fatos, pugnando por um prazo de 30 (trinta) dias para promover a transferência e regularização.

Em manifestação de folhas 46 a autora não se opôs ao prazo solicitado pelo réu para o cumprimento da obrigação.

Decisão de folhas 48 suspendeu o andamento do feito pelo prazo de 30 dias.

Instados a se manifestar por meio do despacho de folhas 50, a autora informou às folhas 52/53 que, embora decorridos mais de 09 meses da propositura da ação, o réu não providenciou a transferência do imóvel para seu nome junto à Caixa Econômica Federal.

Em manifestação de folhas 54, datada de 27/05/2014, o réu requereu o sobrestamento por mais 60 dias, alegando que providenciou a documentação para a transferência, mas não obteve resposta da Caixa Econômica Federal.

0014753-59.2013.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Decisão de folhas 56 determinou ao réu que trouxesse aos autos cópia do protocolo fornecido pela instituição bancária, seguindo-se manifestação do réu de folhas 58, datada de 07/10/2014, alegando que não recebeu nenhum protocolo, estando até então aguardando resposta da instituição.

Relatei. Decido.

De início, defiro os benefícios da justiça gratuita ao réu. Anote-se.

Passo ao julgamento antecipado da lide, por ser impertinente a dilação probatória.

Em contestação de folhas 41/42 o réu confessou os fatos apresentados pela autora, solicitando um prazo de 30 dias para o cumprimento da obrigação.

Todavia, passados um ano e sete meses da data da contestação, o réu não comprovou nos autos a efetiva transferência do financiamento ou, ao menos, que tivesse requerido a transferência junto à Caixa Econômica Federal.

Dessa maneira, deve o réu ser compelido a promover a regularização da documentação e a respectiva transferência do financiamento do imóvel para seu nome, conforme requerido pela autora.

Pelo exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, para o fim de compelir o réu a providenciar a regularização da documentação e a transferência do financiamento do imóvel objeto do contrato nº 672410005396, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta, sob pena de multa diária no valor de R\$ 100,00 (cem reais). Por ter dado causa à propositura da ação, condeno o réu no pagamento das custas, despesas processuais e honorários



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

advocatícios, esses fixados em R\$ 1.000,00, a fim de não aviltar o nobre exercício da advocacia. Nesse ponto, vale lembrar as brilhantes palavras do presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Furtado Coêlho: “Os honorários dos advogados não podem ser aviltados. Devem ser considerados bem alimentar, essencial para que o profissional da advocacia seja valorizado e possa, dessa forma, fazer com que o cidadão seja engrandecido”, observando-se, todavia, os benefícios da justiça gratuita ora deferidos.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 27 de abril de 2015.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**